



A falácia da administração apolítica

Ariston Azevedo*
Renata Ovenhausen Albernaz**

“Não sou político, sou gestor.” Foi esse o mote principal do discurso antipolítico assumido por candidatos a prefeito de algumas das cidades de nossos estados, em especial das capitais, nas eleições de 2016. Tal discurso ganhou forte impacto público, sobretudo em razão da paulatina perda de consciência, entre nós, brasileiros, do caráter ontológico da política e de sua necessária presença, para viabilizar a instituição de modos de vida que possam proporcionar, a um número cada vez maior de cidadãos, o alcance de uma qualidade de vida digna e justa. A parte mais visível desse fato está na forte crise de representação política oriunda da decepção popular com os políticos e seus partidos e na consequente perda de legitimidade dos chamados “políticos profissionais” na condução dos negócios públicos. Colaboram também a disseminada falência do Estado e dos estados, o desemprego crescente e os descalabros evidenciados nas denúncias de corrupção que se alastraram por todo país.

À luz de tal conjuntura favorável à acolhida desse tipo de discurso, não é estranho que as promessas de salvação pela via da eficiência soam aos ouvidos desprevenidos como um arrebator cantado de sereia. Realmente, são poucos os que desconfiam de ou conhecem o fato de que o encantador discurso racionalista subjacente a tal proposta é, para dizermos como Max Weber, uma proposta de desencantamento, pois visa a dar continuidade ao processo de unidimensionalização humana via a aniquilação progressiva dos diversos e múltiplos espaços existenciais dos quais nos valem para nossa incessante humanização. Suplantar a política da vida pública ou, no mínimo, colocá-la

em eterna condição subalterna é mais um ataque à nossa condição de *zoon politikon*, de ser político. O movimento pretendido é o seguinte: a política deve ser retirada do espaço público e da condução dos negócios públicos para, em seu lugar, assumir uma variante administrativa – a gerência – que se arroga apolítica, mas de eficiência garantida. Sai o político e entra um não político: o executivo ou gestor eficaz.

Ora, aos agentes ideólogos dessa antipolítica pouco importa se esta irá varrer definitivamente a política da esfera pública e, assim, retirar-nos da condição de cidadãos para a de indivíduos ávidos apenas por entretenimentos e consumos. Colabora com esses agentes uma estrutura que, marcada pela tendência imperativa da economia de mercado globalizada, força-nos, como bem disse o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, a introjetar seus critérios e padrões cognitivos e a aceitar seu paradigma de ordenação da vida humana individual e associada, naturalizando aquilo que Andreu Solé denomina de “empresarização do mundo”, donde um de seus reflexos seria o espelhamento da administração pública no *modus operandi* empresarial. O que importa a esses propagandistas, acima de tudo, é que os interesses práticos, utilitários e imediatos de determinado segmento específico da sociedade prevaleçam e pautem a ordem do dia.

Sob a bandeira do discurso antipolítico, elegeram-se, por exemplo, candidatos como Marcelo Crivella (PRB), no Rio de Janeiro; Alexandre Kalil (PHS), em Belo Horizonte; Waldeli dos Santos Rosa (PR), em Costa Rica, no Mato Grosso do Sul; Hildon de Lima Chaves (PSDB), em Porto Velho; e, mais perto de nós, Daniel Guerra (PRB), em Caxias do Sul; e Nelson Marchezan Jr. (PSDB), em Porto Alegre. O representante maior do antipoliticismo

foi o atual prefeito da cidade de São Paulo, João Dória Júnior (PSDB), eleito com esmagadora maioria de votos, sob o slogan: “Não sou político, sou gestor”. Constante em seus discursos e propagandas estava a promessa de tornar a gestão pública da prefeitura de São Paulo tão eficiente quanto uma gestão empresarial, daí seu outro lema: “Quero transformar quatro anos em oito de eficiência”. Esse discurso foi, é claro, absolutamente falacioso: primeiro, porque toda sua trajetória de homem de sucesso nos negócios é devedora da política; segundo, porque sua coligação partidária foi uma das mais bem arquitetadas politicamente, pois envolveu, ao total, 13 legendas partidárias (PSDB, PSB, Democratas, PPS, PV, PP, PHS, PMB, PRP, PTdoB, PTN, PTC e PSL) e foi composta de maneira extremamente tradicional, ou seja, via cooptação de legendas a partir da disponibilização de cargos públicos. Ou seja, o antipoliticismo é apenas mais uma manifestação da própria política. Seu suposto remédio imunizante do mal político que o torna “tão atraente” aos olhos de boa parte da população brasileira é uma falácia discursiva, em especial porque o problema da gestão está mal colocado. Não temos objeções ao fato de a escolha democrática eleger, em seus ciclos históricos, uma ou outra lógica ou axiologia como mote político de governo e gestão pública. O pluralismo político é um princípio do qual compartilhamos. Mas o conteúdo persuasivo dos discursos antipoliticistas, que procura não somente opor política e administração, mas colocá-las no par fundamentalista de mal e bem, e seus correspondentes agentes, na de mau e bom, precisa ser denunciado e combatido.

Que fique bem claro o seguinte: todos eles negam a política fazendo política. Acreditamos tratar-se, aqui, de um ponto pacífico. Contudo, havemos de indagar: de

onde todos eles procuram negar a política? A negação da política supõe partir de uma posição não política, qual seja, a de gestor ou administrador. Em termos acadêmicos, essa posição tem sido denominada “modelo da dicotomia política-administração”. Seus defensores partem do pressuposto de que política e administração são esferas distintas e separadas, posto que esta seria uma atividade exclusivamente técnica não valorativa, portanto neutra e imparcial. Ocorre que administração é poder. No caso, poder político. Diferentemente do que querem nos levar a crer, a administração não é algo a parte das relações de poder que se estabelecem no âmbito e fora do âmbito das organizações, sejam essas públicas, privadas ou híbridas. Ela resulta das próprias relações de poder estabelecidas. Sua manifestação concreta pode ser encontrada nas ações, nas omissões e nos discursos dos agentes envolvidos com o processo de tomada de decisão e de execução das mesmas. Em sendo defensor de determinados interesses coletivos que representa a imagem do administrador como um agente apolítico, é pura falácia.

A consciência do caráter político da administração é fundamental para que se possa combater o discurso ideológico que procura apagar a relevância do papel político que o administrador possui. Assim, é totalmente ideológica a mentalidade que procura mitigar a compreensão do comportamento político do administrador sob a alegação de que o mesmo está somente comprometido com a aplicação de técnicas ou ferramentas administrativas.

*Doutor em Sociologia Política,
professor da Escola de Administração da UFRGS
**Doutora em Direito,
professora da Escola de Administração da UFRGS

Congresso Nacional, em Brasília,
sede do poder legislativo

